

AULAS RÉGIAS EM MATO GROSSO: O DISCURSO DA HISTORIOGRAFIA REGIONAL (OS HISTORIADORES DILETANTES)¹

REGAL CLASSES IN MATO GROSSO:
THE DISCOURSE OF THE REGIONAL
HISTORIOGRAPHY (THE DILLETANT HISTORIANS)

Gilberto Luiz Alves²

RESUMO: O presente trabalho tem por objeto as aulas régias em Mato Grosso. Buscando delimitá-lo, são perseguidos dois objetivos: 1) descrever o conteúdo das principais interpretações da historiografia regional acerca da implantação e do funcionamento das aulas régias em Mato Grosso, resumindo-se, por ora, aos escritos dos historiadores diletantes e 2) resumir as contribuições que ensejem uma reinterpretação da amplitude das reformas pombalinas da instrução pública no Brasil. Segundo a delimitação proposta, as fontes historiográficas regionais reúnem as obras de historiadores diletantes como Estevão de Mendonça, Virgílio Corrêa Filho, Humberto Marcílio, Gervásio Leite, Rubens de Mendonça e Carlos Francisco Moura. A crítica se embasa em fontes documentais e obras clássicas. A matriz teórica que serve à análise é a *ciência da história*, tal como a entende Marx

1 Trabalho apresentado na IV Jornada do Histedbr, realizada na Universidade Estadual de Maringá – UEM, entre 5 e 7 de julho de 2004.

2 Professor aposentado da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas. Atualmente é professor do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional da Universidade Anhanguera-Uniderp. gilbertoalves9@uol.com.br

em *A ideologia alemã*. Resumidamente, entre as conclusões básicas devem ser nomeadas as seguintes: 1) os estudiosos da região, quando não se atiram à recuperação de fontes documentais, se resumem a reiterar conclusões dos que os antecederam, algumas delas parciais e aligeiradas; 2) a historiografia regional demonstra que aulas régias de primeiras letras, de gramática latina, de retórica e de filosofia racional e moral pontuaram as três principais vilas coloniais da região: Cuiabá, Vila Bela e Diamantino e 3) as interpretações educacionais mais gerais sobre o Brasil ignoram os esforços realizados na Capitania de Mato Grosso, no que concerne à implantação de aulas régias, o que já revela as necessidades de um reexame geral dos resultados das reformas pombalinas da instrução pública no País e, como pré-requisito para realizá-lo, de instauração de investigações similares à presente, focadas sobre outras regiões excluídas das sistematizações histórico-educacionais.

Palavras-chave: Educação. Mato Grosso. Aulas régias. Historiadores diletantes.

ABSTRACT: The aims of this study are the regal classes in Mato Grosso. In order to delimit them, two goals are followed: 1) to describe the content of the main interpretations of the regional historiography about the implantation and functioning of the regal classes in Mato Grosso, summarizing for now, to the diletant historians' writings and 2) to summarize the contributions that lead to a reinterpretation of the scope of the pombaline reforms of public education in Brazil. According to the delimitation proposed, the regional historiographic sources gather the works of the diletant historians such as Estevão de Mendonça, Virgílio Corrêa Filho, Humberto Marcílio, Gervásio Leite, Rubens de Mendonça and Carlos Francisco Moura. The criticism is based on historical sources and classic works. The theoretical matrix that is used in the analysis is the *science of history*, as is understood by Marx in *The German Ideology*. Summarizing, among the basic conclusions the following must be mentioned: 1) the scholars of the region, when they aren't recovering historical sources, they are reiterating conclusions of those that came before them, some of them partial and superficial; 2) the regional historiography shows that the regal classes of literacy, Latin grammar, rhetoric and rational and moral philosophy marked the three main colonial villages: Cuiabá, Vila Bela and Diamantino and 3) the more general educational interpretations about Brazil ignore the efforts made in the Capitania de Mato Grosso, concerning the regal class implantation, which reveals the needs for a general re-exam of the results in the pombaline reforms of public education in the country and, as a prerequisite to do it, implementation of investigations similar to this one, focused on other regions excluded from the historical-educational systematizations.

Keywords: Education. Mato Grosso. Regal Classes. Diletant Historians.

Este trabalho aponta para a necessidade de realização de balanços relativos à implantação e à amplitude de realização das reformas pombalinas da instrução pública nas diferentes capitanias coloniais do Brasil. Há sensível ausência de sistematizações dessa natureza, em que pese a expansão dos cursos de pós-graduação *stricto sensu*. As dissertações de mestrado e as teses de doutorado continuam, enquanto tendência, reiterando juízos expostos em raras obras de síntese, principalmente *A cultura brasileira*, de Fernando de Azevedo (1971).

Para ilustrar essa carência, o presente trabalho tem por objeto as aulas régias em Mato Grosso. Buscando delimitá-lo, são perseguidos dois objetivos: 1) descrever o conteúdo das principais interpretações da historiografia regional acerca da implantação e funcionamento das aulas régias em Mato Grosso, resumindo-se, por ora, aos escritos dos historiadores diletantes e 2) apontar as contribuições resultantes que evidenciem a necessidade de uma reinterpretção da amplitude das reformas pombalinas da instrução pública no Brasil.

Para esclarecer a delimitação adotada, deve ser dito que as fontes historiográficas regionais reúnem, por um lado, as obras de historiadores diletantes e, por outro, as contribuições recentes de historiadores acadêmicos, realizadas dentro das universidades. De acordo com o objetivo inicial, portanto, a delimitação se circunscreve aos primeiros.

A crítica se embasa em fontes documentais e obras clássicas. A matriz teórica que serve à análise é a *ciência da história*, tal como a entende Marx em *A ideologia alemã* (1986).

Entre os historiadores diletantes merecem referência Estevão de Mendonça, Virgílio Corrêa Filho, Humberto Marcílio, Gervásio Leite, Rubens de Mendonça e Carlos Francisco Moura³. Mesmo tendo, alguns, desempenhado o magistério, suas atividades profissionais dominantes foram outras. Praticaram a advocacia, o jornalismo, a engenharia, a arquitetura e desempenharam funções e cargos públicos. Produziram com prazer e espontaneidade, ao que parece, pois nunca foram tangidos a escrever por obrigações ligadas ao exercício profissional. Daí ser apropriado qualificá-los como historiadores diletantes. Seus escritos principais não pleitearam a área da educação, mas, reunidos como num mosaico, os resultados de suas incursões histórico-educacionais permitem construir um quadro relativamente abrangente das iniciativas encetadas no campo da instrução pública mato-grossense. Como contrapartida, a incorporação das elaborações

3 Esclareça-se que a análise historiográfica subsequente só leva em conta as descrições acerca da instrução pública mato-grossense referentes ao período colonial. Outros períodos não são considerados.

neles contidas exige cuidados, pois se flagram, no seu interior, ênfases em fatos parciais, reiterações acríticas de informações veiculadas anteriormente, lacunas e ambiguidades no que se relaciona à identificação das fontes, além de interpretações subjetivas e aligeiradas.

Dispondo tais estudiosos segundo a ordem cronológica de seus escritos educacionais, o primeiro deles é Estevão de Mendonça. Esse homem desenvolveu intensa atividade jornalística em Cuiabá ao longo da Primeira República. Foi, também, funcionário público, advogado provisionado, topógrafo e professor de geografia e história no Liceu Cuiabano. É de sua lavra uma importante obra em dois volumes, denominada *Datas Mato-grossenses* (MENDONÇA, 1914), na qual recuperou notícias históricas da região, hauridas nos cronistas e em documentos oficiais da administração regional, desde a época da capitania, passando pela provincial até a do estado republicano. Como sensível analista de seu tempo e de seu espaço, registrou, também, os acontecimentos que viu e viveu ou os relatados por terceiros. Usou, ainda, como fonte básica, a imprensa periódica. Suas análises revelam, sempre, acuidade e reflexão. No interior de sua referida obra são esparsas as notícias acerca da instrução colonial. A mais importante, com certeza, refere-se ao regresso a Cuiabá, “*lugar de seu nascimento*”, do “*padre José Manoel de Siqueira, primeiro professor de filosofia nomeado para a capitania de Mato-Grosso*”. Tal evento teria ocorrido a 15 de julho de 1798 (MENDONÇA, 1914, v. 2, p. 35).

Outro registro relevante é o que discute a gestão de João Carlos Augusto d’Oeynhausen de Gravenberg, que governou a Capitania de Mato Grosso entre 1807 e 1818. Nele, Estevão de Mendonça relaciona algumas das principais medidas administrativas desse governador. Entre elas, estariam “*a criação em Cuiabá de uma aula de cirurgia e anatomia, como preliminar para a fundação de uma escola de medicina*”, bem como “*a criação de uma Escola de Marinheiros e construções navaes, e a instalação de um horto-botânico*.” (MENDONÇA, 1914, v. 2, p. 287) Uma última notícia revela que, depois de exonerado, “*em seu regresso para São Paulo*”, o citado capitão-general teria levado “*comsigo dous mato-grossenses afim de fazel-os estudar metallurgia na fabrica de ferro de Sorocaba*.” (MENDONÇA, 1914, v. 1, p. 71)

Passada uma década, Virgílio Corrêa Filho publicou, em 1925, a primeira monografia histórica especificamente devotada à educação. Intitulada *Questões de ensino* (CORRÊA FILHO, 1925), essa obra veiculou, pela vez primeira, a idéia de inexistência de documentos, acerca da instrução mato-grossense, nos arquivos que reuniam fontes referentes ao período colonial: “*Emmudecem de todo os arquivos co-*

loniaes, quando consultados a respeito da instrucção em Matto Grosso: praticamente nada havia que merecesse referencia.” (CORRÊA FILHO, 1925, p. 9) Essa idéia vicejou, pois quem a manifestava dispunha de autoridade. Corrêa Filho, engenheiro civil de profissão, genro de um dos políticos mais poderosos da Primeira República em Mato Grosso – Pedro Celestino Correia da Costa –, secretário de estado, funcionário público de alto escalão, integrante do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil e autor de uma grande quantidade de estudos regionais, foi considerado, ainda em vida, o maior historiador mato-grossense de então.

Reforça a sua impressão ao citar o cronista Nogueira Coelho, que afirma, a propósito do subsídio literário:

[...] arrecadado desde 1775, em vez de aplicar-se ao fim a que se destinava, entra para o cofre da real fazenda, ‘porque nem ha a junta da mesma, nem mestres ou professores que instruem a mocidade, e que recebam os pequenos ordenados que resultam daquella arrecadação. (CORRÊA FILHO, 1925, p. 10)

Corrêa Filho relaciona, ainda, dois outros eventos de expressão. O primeiro, já festejado por Estevão de Mendonça, refere-se à chegada à Capital, em 1798, de José Manoel de Siqueira, “*o primeiro cuiabano que tornou de longes terras, aonde fôra em busca de ilustração, com nomeação de professor de Filosofia.*” (CORRÊA FILHO, 1925, loc. cit.) O segundo evento corresponde à recomendação, feita pelo legislativo mato-grossense ao Capitão-General, para “*que se enviassem sete estudantes para a Europa afim de se instruirem nas artes e sciencias uteis a esta capitania*”, assegurando subvenções a todos eles (CORRÊA FILHO, 1925, loc. cit.).⁴

Sua impressão sobre a situação educacional da região, ao findar-se o período colonial, não poderia ser mais sombria: a independência teria surpreendido “*Mato Grosso quasi de todo desprovido de aparelhamento instructivo.*” (CORRÊA FILHO, 1925, p. 11)

4 Numa publicação de 1924, anterior, portanto, a esta monografia, denominada “*Os primeiros bachareis mato-grossenses*”, José de Mesquita escreveu: “Em 1799 encontra-se, nos Annaes do Senado da Camara de Cuyabá, uma determinação do Governo á mesma corporação no sentido de enviar á Europa sete estudantes ‘afim de se instruirem nas artes e sciencias uteis a esta capitania’ e, de accordo com essa deliberação, estabeleceu-se, nas Camaras de Cuyabá e Villa Bella, um imposto para o pagamento de passagem e pensões alimentares aos estudantes escolhidos pelo General para seguir os cursos da Universidade de Coimbra ou da Academia de Marinha. Leverger, nos seus ‘Apontamentos Chronologicos’ publicados na Revista Matto Grosso, sob a competente direcção de Estevão de Mendonça, regista (sic) lhes os nomes, na parte referente ao anno de 1800, alludindo ás reaes Ordens de 21 e 27 de Outubro de 1798, attinentes ao assumpto. Foram elles João Pedro de Moraes Baptista, Antonio Gomes de Oliveira, João Leite Pereira, Manoel Felipe de Araújo, Manoel Rabello da Silva, Joaquim Antonio Rabello e Francisco José da Costa Rodrigues, todos nomes inexpressivos e apagados, que as chronicas locaes jamais referiram, ficando-se em duvida si alguns delles, porventura, se tenha formado ou, a verificar-se tal hypothese, se tenha regressado a Matto Grosso.” Cf. MESQUITA, José de. *Gente e coisas de antanho*. Cuiabá: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1978, p. 38-9. (Cadernos Cuiabanos, 4)

Quase quatro décadas depois, Humberto Marcílio, funcionário público que desenvolveu atividades ligadas à Secretaria de Educação, Cultura e Saúde do Estado de Mato Grosso, escreveu um livro, intitulado *História do ensino em Mato Grosso* (MARCÍLIO, 1963). Nele, fez a melhor análise dos desdobramentos da educação, desde o período colonial, na região, a partir de fontes históricas disponíveis à sua época. Segundo consta – e ele próprio afirma no intróito –, para fundamentar a sua abordagem, teria realizado, inclusive, levantamentos no Arquivo Público do Estado. Daí, possivelmente, as transcrições de alguns documentos inéditos, o que empresta riqueza à sua obra.

Ainda no intróito, afirma Marcílio:

Há no nosso trabalho um vazio muito grande no período em que governam os capitães generais. E, quer porque os fastos de sua história se tenham destruído, quer porque incipiente fôsse o ensino primário naquela época, a verdade é que sentimo-lo realmente lacunoso, registrando assim, daquele tempo, apenas fatos esparsos, alguns, entretanto, de muito interêsse para a História. (MARCÍLIO, 1963, p. 13)

Quando começa a descrever os acontecimentos educacionais referentes ao período colonial, mesmo admitindo as conquistas de Mato Grosso em face das necessidades de fornecer mão-de-obra indígena e ouro, além daquela outra de assegurar a posse do território contra os interesses de Espanha, reconhece o lugar subalterno reservado à educação pela coroa portuguesa: “*Não se tem notícia porém de que os assuntos relacionados ao ensino tivessem ocupado, por essa época, lugar proeminente no cômputo geral dos interesses reinois.*” (MARCÍLIO, 1963, p. 25)

Para ele, na sua rápida passagem por Mato Grosso os jesuítas nada haviam realizado na área da educação; nem as reformas pombalinas de 1759 ocasionaram consequências sobre a instrução pública; nem os reajustes de 1772 tiveram efeitos práticos, mesmo tendo culminado com a criação do Subsídio Literário.

Em seguida, seu livro relaciona documentos mato-grossenses que dão conta da existência de professores e, portanto, da atividade de ensino, no final do século XVIII. Marcílio indica as *Crônicas de Cuiabá* como a fonte da informação sobre a presença de “*mestres régios*” nas festividades comemorativas do Ouvidor Diogo de Toledo Lara Ordonhes, realizadas na Capital (MARCÍLIO, 1963, loc. cit.), e retoma Virgílio Corrêa Filho ao noticiar a volta de José Manoel de Siqueira a Cuiabá, em 15 de julho de 1798 (MARCÍLIO, 1963, p. 26).

Mais importante, sua obra registra, na íntegra, documentos referentes à instrução pública na região. São esparsos, mas essenciais ao

estudo do desenrolar da história da educação no ocaso do período colonial. O primeiro é uma carta régia, datada de 19 de agosto de 1799, enviada ao Capitão-General Caetano Pinto de Miranda Montenegro, governador de Mato Grosso, na qual são ressaltadas: 1) as preocupações centradas “*Sobre o Quantitativo actual e sobre o augmento, que poderá ter o ‘Subsídio Literário’, quando bem administrado*” (MARCÍLIO, 1963, p. 27), e 2) a determinação “*de que se estabeleça huma Cadeira de Arithmetica, Geografia e Trigonometria, onde possam formar-se e educar-se bons Contadores e bons Medidores*”, para que “*as medidas das Sesmarias se fação com a necessaria exação*”, bem como pela “*utilidade que há de haver Geometras e Geografos capazes de levantarem em Planos e até darem convenientes Descrições de Territórios e dos Rios*” (MARCÍLIO, 1963, loc. cit.).

A 3 de setembro do mesmo ano, outra correspondência, desta feita dirigida pelo Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e dos Domínios Ultramarinos, instruiu o mesmo Capitão-General para que nomeasse “*em cada Anno Lectivo um Lente ou Professor*”, com a finalidade de “*fazer a vigorosa visita das Escolas*”, alertando para a necessidade de que a atividade fosse realizada “[...] *em tempos e horas incertas, para que os Professores e Discípulos se conservem cuidadosos nos Exercicios Escolasticos*”. (MARCÍLIO, 1963, p. 28).

Alerte-se para o fato de que grande parte da correspondência listada era dirigida a todos os capitães-generais do Brasil, não decorrendo, portanto, de singularidades e demandas próprias da instrução pública em Mato Grosso. Reforça essa idéia, a ausência de registros que evidenciem efeitos práticos dessas medidas, na região. De fato, os cuidados apontados não eram condizentes com a precária situação da educação, nessa Capitania, às vésperas da Independência. Humberto Marcílio reforça esse entendimento ao transcrever o requerimento do Tenente Francisco Leite Pereira em que, por encontrar-se “*vaga*”, solicita provimento naquela que parecia ser a única “*cadeira de Mestre das primeiras Letras, desta Villa de Cuyabá*” (MARCÍLIO, 1963, **loc. cit.**). Acrescenta que este requerimento “*foi deferido, mediante fiança, em 26 de março de 1811.*” (MARCÍLIO, 1963, p. 29)

Se considerada essa linha de interpretação, chega a surpreender o julgamento de Marcílio, quando fala de “*iniciativas de maior vulto (...) planejadas no setor do ensino, no período colonial*”. Exemplificadas com “*a criação de uma ‘Aula de Anathomia’, em Vila Bela*”. Toma corpo uma expectativa sem fundamento no real, ao ser revelada a sua impressão sobre o empreendimento, “*Prenúncio talvez de uma escola de medicina.*” (MARCÍLIO, 1963, loc. cit.)

Ao cirurgião mor da Capitania, “*investido de antemão das prerrogativas de ‘Lente D’Aula’*”, foi atribuída a tarefa de “*elaborar os seus estatutos*”. Marcílio finalizou suas considerações afirmando que, “*pelo ineditismo do fato e pelo valor do documento*”, considerava “*de bom aviso*” transcrevê-lo a partir do original, “*na intenção de preservá-lo*” (MARCÍLIO, 1963, loc. cit.). Foi o que fez, na sequência (MARCÍLIO, 1963, p. 29-31).

O autor arremata suas considerações sobre o período colonial com observações próximas daquelas anteriormente formuladas por Virgílio Corrêa Filho: “*Dos nossos arquivos coloniais poucos foram os documentos que se salvaram ante à irreverência da posteridade. E os que dêles restam muito pouco dizem sobre o ensino ao tempo da Capitania.*” (MARCÍLIO, 1963, p. 31)

Em 1970, Gervásio Leite, bacharel em direito, colaborador assíduo na imprensa cuiabana e professor, publicou *Um século de instrução pública* (LEITE, 1970). Fiando-se possivelmente em Virgílio Corrêa Filho, ao discutir a instrução pública mato-grossense, no período colonial, se resumiu a afirmar:

Durante todo o período colonial não se tem nenhuma informação sobre a existência de escolas em Mato Grosso. É quase certo que não se ministrasse instrução em toda zona oeste da colônia, porque o subsídio literário criado por Pombal, em 10 de novembro de 1772, vigorando desde 1775 na capitania, não foi aplicado, pois, como informa Nogueira Coelho nas suas ‘Memórias Cronológicas’: – ‘nem há a junta da mesma, nem mestres ou professores que instruem a mocidade, e que recebam os pequenos ordenados que resultam daquela arrecadação’. Por certo que empecilhos de tôda ordem impediam que vingasse o acanhado aparelho colonial de instrução. Instruem-se os filhos da capitania em outros lugares e talvez até no seio da família, à boa moda colonial. (LEITE, 1970, p. 13)

A consideração é apressada, mas em favor de Leite deve ser levado em conta que o seu interesse maior era a “*causa do abandonado ensino primário em Mato Grosso*”, como afirma no intróito do livro. Segundo o subtítulo, se propôs a escrever uma “*História do ensino primário em Mato Grosso*”. Logo, a periodização implícita colocava o período colonial num segundo plano.

Outro historiador diletante foi Rubens de Mendonça, jornalista, funcionário público e professor, que produziu uma extensa obra. No seu interior encontra-se um opúsculo denominado *Evolução do ensino em Mato Grosso* (MENDONÇA, 1977), publicado em 1977. Comparado ao pai, Estevão de Mendonça, não revelou o mesmo

cuidado formal nos seus escritos nem a mesma acuidade. Muitas de suas análises são aligeiradas. Os documentos consultados poucas vezes mereceram, de sua parte, referências claras, inclusive no que se relaciona à localização. Na obra referida, incorporou a interpretação de Fernando de Azevedo, que postula a “*destruição pura e simples de todo o sistema colonial do ensino jesuítico*” (AZEVEDO, 1971, p. 547), no Brasil, como decorrência das reformas pombalinas da instrução pública.

Disse ele: “*Quando o Ministro de Dom José I, o grande Marquês de Pombal, Sebastião José de Carvalho e Melo, expulsou os jesuítas de Portugal e suas colônias lavrou uma sentença de morte contra a instrução no Brasil, a colônia ficou sem escolas.*” (MENDONÇA, 1977, p. 5) Mas a apropriação do juízo de Azevedo se deu, com certeza, por meio de Theobaldo Miranda Santos, autor de uma coletânea de manuais didáticos das mais diversas matérias constitutivas dos planos de formação de professores dos níveis de ensino médio e superior. Rubens de Mendonça emprestou de *Noções de história da educação*, manual integrante dessa coletânea, a expressão mais forte de seu discurso e, como fazia quase sempre, deixou de referenciar a sua fonte. Contudo, a forma original do texto inspirador é coincidente e confirma essa conclusão: “*A reforma de Pombal lavrou a sentença de morte do ensino na Colônia.*” (SANTOS, 1958, p. 479, grifo nosso)

Outra idéia de Santos, extraída do mesmo manual e citada expressamente, serviu para Mendonça corroborar a idéia central de que, na época pombalina, “*não houve progresso real em matéria de educação popular. O ensino primário e secundário, deficiente e fragmentário, não despertou interesse do povo nem constituiu objeto de preocupação do governo.*” (MENDONÇA, 1977, p. 6; Cf. SANTOS, 1958, p. 481-2)

Rubens de Mendonça afirma ter consultado a obra do cronista colonial José Barbosa de Sá, mas não teria flagrado qualquer registro sobre a instrução (MENDONÇA, 1977, p. 7).

Em seguida, quase sempre deixando de se referir às suas fontes, relacionou um pequeno número de outros fatos que colocam em dúvida as suas próprias afirmações anteriores: “*Desde os tempos coloniais, quando Mato Grosso era ainda Capitania, El Rei de Portugal nomeava professores régios para Cuiabá e Vila Bela. O meu ascendente José Zeferino Monteiro de Mendonça era professor régio de latim.*” (MENDONÇA, 1977, p. 6)

Diz não ter encontrado “*nos arquivos de Cuiabá (...) documento algum referente ao ensino primário na Capitania*”, mas admite ter conhecido “*um documento de 1808 que menciona a criação de duas Escolas*

de medicina, uma em Cuiabá e outra em Vila Bela, mas o documento não fala no seu funcionamento.” (MENDONÇA, 1977, loc. cit.)

Ainda sem citar a fonte, adianta que:

Numa festa realizada em Cuiabá, em agosto de 1790, por ocasião do aniversário do Dr. Diogo de Toledo Lara Ordonhes, aparecem os nomes de dois professores, um mestre-régio de ler, João Antônio, e outro professor régio de latim, José Zeferino Monteiro de Mendonça, para a conclusão é lógica. Se haviam professores, certamente haviam escolas. (MENDONÇA, 1977, p. 7)

Prosegue Rubens de Mendonça:

Entretanto, os documentos nada dizem a respeito. Estevão de Mendonça, nas ‘Datas Mato-Grossenses’, apenas menciona a fundação de uma Sala de Anatomia e Cirurgia em Cuiabá e Humberto Marcílio, na sua ‘História do Ensino em Mato Grosso’, registra uma Aula de Anatomia em Vila Bela, ambas fundadas pelo Capitão General João Carlos Augusto de Oenhausen Gravenberg. (MENDONÇA, 1977, loc. cit.)

Em seguida, transcreve os registros correspondentes, obtidos nas duas obras referidas. Para ele, esses extratos resumem-se ao que “*a História registra.*” (MENDONÇA, 1977, loc. cit.)

No mesmo ano de 1977, Carlos Francisco Moura, estudioso de origem portuguesa que se subscreve, sempre, como arquiteto e pesquisador, teve publicado um opúsculo denominado “*O ensino em Mato Grosso no século XVIII e início do XIX*” (MOURA, 1977). Sua obra é vasta e faz uma espécie de ponte entre os historiadores diletantes e os historiadores acadêmicos. Mesmo tendo seus interesses voltados, mais de perto, à pesquisa histórica na área da arquitetura, palmilhou outros campos como o teatro, as artes plásticas e a educação. Vinculou-se como pesquisador, inclusive, ao Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional – NDIHR, da Universidade Federal de Mato Grosso. Foi, também, professor desse estabelecimento de ensino superior. Mas, como todo pesquisador que amplia muito suas áreas de interesse, acaba fazendo, pelo menos, um ou outro trabalho superficial. Foi o que se deu em relação aos seus estudos da educação. Mas, no estágio em que se encontrava a pesquisa histórico-educacional em Mato Grosso, o trabalho de Moura foi muito fecundo, pois o estudioso dominava um conjunto de fontes jamais cogitado entre os historiadores diletantes. Suas informações geraram muitas pistas para a pesquisa que se desenvolveu em seguida, quando os primeiros quadros acadêmicos das universidades da região a ela retornaram, depois de concluídos seus cursos de mestrado.

No opúsculo que interessa à educação, Moura apresenta uma minuta inicial que identifica os assuntos tratados: “*Instrução pública – Ensino de Engenharia – A Aula de Anatomia e Cirurgia de Vila Bela – Estudos Militares – Os Estudos Menores de Vila Bela – Matogrossenses na Universidade de Coimbra.*” Em muitos passos do trabalho, o autor se resume a repetir os resultados de estudos anteriores. Repete Humberto Marcílio, por exemplo, ao discorrer sobre o projeto da “*Aula de anatomia e cirurgia de Vila Bela*”; repete Luís D’Alincourt, também, ao falar sobre os “*Estudos militares*”; repete José de Mesquita, ao relacionar os “*Mato-grossenses na Universidade de Coimbra*”. Ainda “*Instrução pública*” é repetição, em grande parte, das obras dos historiadores diletantes.

Porém, Moura acrescenta dados novos ao difundir os resultados de um estudo biográfico de Gilberto Freyre, centrado na figura do mais importante capitão-general de Mato Grosso, Luiz de Albuquerque⁵. O sociólogo pernambucano teve a possibilidade, na busca de fontes, de devassar o arquivo da Casa da Ínsua, em Portugal. Preocupou-se com a transcrição de diversos documentos, que ocupam metade do livro, muitos deles relevantes para a instrução pública. Essa obra de Gilberto Freyre ganhou maior significado histórico depois do incêndio que atingiu o arquivo da Casa da Ínsua, quando muitos dos documentos nele transcritos podem ter sido consumidos pelas chamas. São as informações hauridas nessa base documental, revelada por Gilberto Freyre, que dão peso ao opúsculo de Carlos Francisco Moura, principalmente à parte referente ao “*Ensino de Engenharia*”. Nela, se dá conta da realização de estudos práticos de engenharia dentro das fortificações militares de Mato Grosso. Os engenheiros Ricardo Franco e Domingos Sambocetti teriam ensinado, respectivamente, no Forte de Coimbra e no Forte Príncipe da Beira. Formavam ambos, dessa forma, seus auxiliares, para atender às demandas das obras que estavam sob a sua responsabilidade. Acrescente-se que eram previstos, inclusive, estípedios específicos para o exercício da atividade de ensino. Também a discussão sobre a “*Instrução pública*” se beneficia das consultas à obra de Gilberto Freyre. Com base nessa fonte é exposta, por exemplo, a iniciativa de um vereador da Câmara de Vila Bela, preocupado que estava com a organização dos “*estudos menores*” naquela localidade.

5 Trata-se de FREYRE, Gilberto. *Contribuição para uma sociologia da biografia: o exemplo de Luiz de Albuquerque governador de Mato Grosso no fim do século XVIII*. (Cuiabá): Fundação Cultural de Mato Grosso, 1978. 404 p. (Edição comemorativa do bi-centenário de fundação das cidades de Corumbá e Cáceres). Como se verifica, a obra referenciada corresponde a uma edição comemorativa que veio à luz após a realização do estudo de Moura.

Finalizando, podem ser sistematizadas algumas conclusões básicas. A primeira é a de que os historiadores diletantes, em Mato Grosso, tenderam a reiterar as conclusões dos que os antecederam, algumas delas parciais e aligeiradas. Os trabalhos são tanto mais repetitivos quanto menor é o número de novas informações que agregam. Mas os dados neles veiculados são consistentes, no sentido de demonstrar que aulas régias de primeiras letras, de gramática latina, de retórica e de filosofia racional e moral pontuaram as três principais vilas coloniais da região: Cuiabá, Vila Bela, Poconé e Diamantino. Contudo, constata-se que as sistematizações interpretativas mais gerais sobre a educação no Brasil ignoraram os esforços realizados nas regiões menos desenvolvidas do País, a exemplo deste caso da Capitania de Mato Grosso, no que concerne à implantação de aulas régias. Em especial, a tese de *“destruição pura e simples de todo o sistema colonial do ensino jesuítico”*, pretensamente realizada pelas reformas pombalinas da instrução pública, fez tábula rasa de experiências educacionais como essa que se desenrolou no extremo oeste. Essa tese, formulada por Fernando de Azevedo, mas envolvendo mediações e ressalvas que impediram fosse levada às últimas consequências, foi adotada e absolutizada pelos seguidores, o que terminou por conferir-lhe um conteúdo catastrófico. As dissertações de mestrado e teses de doutorado, nessa ótica, têm desqualificado, pura e simplesmente, os efeitos das reformas pombalinas da instrução pública no Brasil. Outros estudiosos, como Valnir Chagas, mesmo fugindo a esse tipo de interpretação catastrófica, circunscreveram a amplitude das reformas às regiões mais desenvolvidas da Colônia (CHAGAS, 1978, p. 9)⁶, juízo que também merece reparos se considerada a experiência educacional mato-grossense. Essas considerações já revelam, de imediato, a necessidade de um reexame geral dos resultados das reformas pombalinas da instrução pública no Brasil e, como pré-requisito para realizá-lo, a instauração de estudos similares ao presente, focados sobre outras regiões excluídas das nossas principais sistematizações histórico-educacionais.

6 “Nos anos iniciais, para atender as conveniências de momento, foram criadas as aulas esparsas de ‘primeiras letras’, Gramática, Latim e Grego no Rio de Janeiro, na Bahia, em Pernambuco, no Maranhão, em São Paulo e em localidades de alguma importância como Vila Rica e Mariana. Com o Subsídio Literário, o seu número cresceu e alcançou alguma diversificação em matérias como Retórica, Hebraico, Matemática, Filosofia e Teologia. Tudo, porém, muito circunstancial e precário, ante a escassez de recursos e a falta de quadros.”
Cf. CHAGAS, Valnir. *Educação brasileira: o ensino de 1º. e 2º. graus antes, agora e depois?* São Paulo: Saraiva, 1978, p. 9.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Gilberto Luiz. *Educação e história em Mato Grosso: 1719-1864*. 2.ed. rev. ilustr. Campo Grande, MS: EdUFMS, 1996. 148 p.
- AZEVEDO, Fernando. A transmissão da cultura. In: *A cultura brasileira*. 5.ed.rev. ampl. São Paulo: Melhoramentos; EdUSP, 1971. 809 p. (Obras Completas, 13)
- CHAGAS, Valnir. *Educação brasileira: o ensino de 1º. e 2º. graus antes, agora e depois?* São Paulo: Saraiva, 1978, p. 9.
- CORRÊA FILHO, Virgílio. *Questões de ensino*. São Paulo: Monteiro Lobato, 1925. 94 p. (Monographias Cuiabanas, 1)
- FREYRE, Gilberto. *Contribuição para uma sociologia da biografia: o exemplo de Luiz de Albuquerque governador de Mato Grosso no fim do século XVIII*. (Cuiabá): Fundação Cultural de Mato Grosso, 1978. 404 p. (Edição comemorativa do bicentenário de fundação das cidades de Corumbá e Cáceres)
- LEITE, Gervásio. *Um século de instrução pública: história do ensino primário em Mato Grosso*. Goiânia: Rio Bonito, s.d., 180 p.
- MARCÍLIO, Humberto. *História do ensino em Mato Grosso*. Cuiabá: Secretaria de Educação, Cultura e Saúde do Estado, 1963. 226 p.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã (Feurbach)*. 5.ed. São Paulo: HUCITEC, 1986. 138 p.
- MENDONÇA, Estevão de. *Datas Mato-grossenses*. Nictheroi: Escola Typ. Salesiana, 1919. 2 v.
- MENDONÇA, Rubens de. *Evolução do ensino em Mato Grosso*. Cuiabá: s.ed., 1977. 56 p.
- MESQUITA, José de. *Gente e coisas de antanho*. Cuiabá: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1978, p. 38-9. (Cadernos Cuiabanos, 4)
- MOURA, Carlos Francisco. *O ensino em Mato Grosso no século XVIII e início do XIX*. Rio de Janeiro, *Convergência*, Revista Cultural do Centro de Estudos do Real Gabinete Português de Leitura, Ano 2, n. 3, jul./dez. 1977, p. 145-57.
- SANTOS, Theobaldo Miranda. *Noções de História da Educação*. 8. ed. São Paulo: Nacional, 1958. 497 p. (Curso de Psicologia e Pedagogia, 2)

